

A agricultura familiar no Rio Grande do Sul — um sistema agrário “colonial”

Marli Mertz*

Historiadora da FEE.

Resumo

Neste artigo, pretende-se explicar o processo de ocupação agrícola do Rio Grande do Sul a partir da teoria dos sistemas agrários. Essa teoria presta-se para o propósito de analisar a agricultura que se desenvolveu no Rio Grande do Sul a partir da sua colonização pelos imigrantes europeus não ibéricos, pois remete ao exame dos conhecimentos e das técnicas historicamente acumuladas que permitem diferenciar os tipos de agricultura praticados no Estado. Demonstra-se que se desenvolveu um sistema agrário “colonial” e que este se manteve predominante na agricultura da pequena propriedade familiar por pelo menos 150 anos, bem como que a possível sobrevivência desse sistema em algumas regiões do norte do Estado pode estar na origem do índice maior de pobreza rural ali verificado.

Palavras-chave

História agrária; colonização; imigração.

Abstract

This article intends to explain the process of agricultural occupation of Rio Grande do Sul starting from agrarian systems theory. This theory is for the purpose of analyzing the agriculture that was developed in Rio Grande do Sul starting from the colonization by no-Iberian European immigrants, because it takes to the exam of the knowledge and techniques historically accumulated that allow to differentiate the agriculture types practiced in the state. It

* A autora agradece as críticas e sugestões de Marinês Grando, Gabriele dos Anjos e Luiz Roberto P. Targa.

demonstrates that it was developed a “colonial” system that kept predominant in the agriculture of the small family property for at least 150 years, and that the possible survival of this system in some areas of the North of the State can be in the origin of the largest index of rural poverty there verified.

Classificação JEL: N5, N50

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 29.08.03.**

Introdução

Neste trabalho, busca-se interpretar o processo de ocupação agrícola do Rio Grande do Sul à luz da teoria dos sistemas agrários. Pretende-se discutir como os agricultores imigrantes europeus não ibéricos e seus descendentes desenvolveram um sistema agrário mantido predominante na agricultura do Rio Grande do Sul, por um período não inferior a 150 anos, baseado na produção agrícola colonial e constituído a partir da mescla dos conhecimentos agrícolas oriundos da Europa com os conhecimentos e práticas agrícolas dos agricultores “caboclos”. Mais do que a abordagem de um sistema agrário do passado, a questão a ser colocada é por que esse sistema agrário continua a se reproduzir, quem são os agricultores que o reproduzem e quais as condições dessa reprodução. Tais questões norteiam o projeto de pesquisa, que tem por objetivo o estudo da pobreza rural na pequena propriedade familiar, no noroeste do Rio Grande do Sul, a partir da reconstrução histórica do processo de incorporação à agricultura das últimas zonas de florestas do Estado.

Considerando-se que o processo de ocupação das florestas pelos “colonos” europeus e seus descendentes se realizou da mesma forma tanto nas regiões das “colônias velhas” como nas das “colônias novas”, a possível reprodução dos mesmos sistemas de cultivo e produção coloniais nestas últimas pode estar na raiz do índice maior de pobreza rural ali verificada.¹

¹ A constatação dos índices de pobreza rural no norte do Rio Grande do Sul encontra-se nos relatórios do Programa de Alívio à Pobreza do RS Rural 2000.

1 - Conceito de sistema agrário

A teoria dos sistemas agrários foi desenvolvida na França, no Instituto Nacional de Agronomia Paris/Grignon, com o objetivo de criar um corpo de conhecimentos capaz de se constituir numa base conceitual teórica e metodológica a quem quer que tenha por objetivo intervir no desenvolvimento social e, o que nos interessa aqui particularmente, com o intuito de auxiliar a pesquisa sobre o desenvolvimento da agricultura através da História. Segundo Mazoyer², um dos criadores da teoria, o conceito de sistema agrário serve como um

“(...) instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e nos damos conta, a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreender o que é um sistema agrário, devemos, primeiramente, distinguir bem, por um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal como a podemos observar, constituindo um **objeto real de conhecimento**; e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre esse objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou **objeto teórico de conhecimento** e reflexão” (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 39).

Trata-se de enfocar a forma histórica da exploração agrícola de uma região de modo a possibilitar a apreensão do conjunto de procedimentos postos em prática pelos agricultores, levando em consideração os fatores sociais, políticos e econômicos que condicionam o meio rural. De sorte que a “teoria das transformações históricas e da diferenciação geográfica dos sistemas agrários” permite apreender a agricultura na sua complexidade, na sua diversidade e no seu movimento (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 13). Portanto, entende-se que um sistema agrário é a representação teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado.

As unidades produtivas que compõem um sistema agrário podem apresentar dinâmicas diferentes. Diz-se, por exemplo, que: (a) apresentam um desenvolvimento geral quando todos os tipos de exploração estão progredindo da mesma forma; (b) apresentam um desenvolvimento desigual quando algumas unidades de exploração progredem mais rapidamente que outras; (c) o

² Essa teoria encontra-se no livro de Mazoyer e Roudart (2001).

desenvolvimento é contraditório quando algumas unidades progridem e outras regridem; e (d) estão em crise geral quando todos os tipos de unidades de produção regridem e tendem a desaparecer. Nesse sentido, se as explorações que progridem adotarem novos meios de produção, se desenvolverem novas práticas e novos sistemas de cultura e de criação de gado e, portanto, gerarem um novo ecossistema cultivado, se estará criando um novo sistema agrário. A essa mudança de sistema agrário Mazoyer chama de “revolução agrícola” (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 42).

Um sistema agrário é um sistema complexo, composto por subsistemas hierarquizados e interdependentes. Sob essa ótica, a agricultura praticada num determinado espaço e tempo é decomposta em dois subsistemas principais, sendo um o ecossistema cultivado e o outro o ecossistema social e produtivo.

“O ecossistema cultivado é por sua vez composto de vários subsistemas: os jardins, as áreas cultiváveis, os prados para ceifa de feno, as pastagens e as florestas. Cada um desses subsistemas é amanhado, mantido e explorado de uma maneira particular (...) [e o] (...) sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social) é composto por meios humanos (força do trabalho, saber e fazer), por meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) de que a população agrícola dispõe para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer diretamente (por autoconsumo) ou indiretamente (pelas trocas) as suas necessidades” (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 41).

A organização, o funcionamento e também as inter-relações desses dois sistemas devem ser estudados para que se tenha uma visão global de como funciona o sistema agrário (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 40).

O estudo dos sistemas agrários encontra-se baseado, principalmente, em observações diretas (da região e da agricultura); apóia-se também em observações relatadas por outros, através de questionários abertos, sem, contudo, prescindir dos conhecimentos históricos, geográficos, agronômicos, econômicos e antropológicos

“(…) não podemos fazer a análise de uma agricultura, formular um diagnóstico e propostas apropriadas de projetos e de políticas de desenvolvimento sem nos apoiarmos num conhecimento sistemático da organização, do funcionamento e da dinâmica das diferentes espécies de agriculturas” (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 13).

Essa teoria presta-se para o propósito de analisar a agricultura que se desenvolveu no Rio Grande do Sul a partir da sua colonização pelos imigrantes europeus não ibéricos, pois remete ao exame dos conhecimentos e das técnicas

historicamente acumuladas que permitem diferenciar os tipos de agricultura praticados no Estado, como, por exemplo, a agricultura das áreas de floresta exercida pelos “colonos” daquela dos açorianos chegados anteriormente e a agricultura de subsistência que se desenvolveu junto às grandes propriedades de criação de gado da que se especializou na produção de arroz. Presta-se também para uma abordagem da diferenciação regional da agricultura gaúcha.

A questão que se coloca nesta abordagem da agricultura do Rio Grande do Sul é a do entendimento da permanência no tempo de importante parcela da agricultura familiar com uma estrutura produtiva remanescente do período da colonização. Ou seja, 150 anos depois, a forma de cultivo e a maneira de produzir, que são anteriores ao surgimento da indústria no Estado, mantêm-se praticamente inalteradas em alguns meios rurais gaúchos. Não estaria aí uma explicação para a pobreza rural verificada atualmente no norte do Estado? Observa-se que, nas regiões de colonização mais antiga, onde atualmente predomina a economia urbano-industrial, a agricultura remanescente foi gradualmente incorporando novas formas de produção agrícola, não se reproduzindo ali os mesmos níveis de pobreza, ainda que baseada na produção familiar, porém, mais modernizada, com máquinas, implementos agrícolas e fertilizantes químicos.

2 - O sistema agrário colonial

Ao que tudo indica, o modelo de colonização resultante da introdução de imigrantes que se dedicariam exclusivamente à agricultura deu origem a um novo sistema agrário no Rio Grande do Sul, a partir de 1824. Isto porque a implantação das colônias se deu de forma diversa da ocupação anterior do solo, realizada, em primeiro lugar, pelos latifundiários pecuaristas e, em segundo, pelos agricultores açorianos. Ao conjunto de práticas e técnicas, bem como aos meios sociais e econômicos de produção desenvolvidos com a vinda dos primeiros imigrantes europeus não ibéricos ao Estado, chama-se de sistema agrário colonial.

A característica considerada essencial desse sistema agrário, a que o distingue das demais formas de agricultura desenvolvidas no Estado, é a pequena propriedade cultivada pelos membros de uma família e o sistema de produção que é a policultura — incluindo-se aí as atividades pecuárias desenvolvidas por esses agricultores. O produtor cultivava vários produtos cujos excedentes se destinam ao mercado. Há, no entanto, uma preocupação por parte do agricultor em cultivar sempre um produto que obtenha bons preços. Assim, os imigrantes

alemães dedicaram-se mais intensamente à produção de milho e de suínos, visando à produção de banha; os italianos, além da suinocultura, dedicaram-se à produção da uva e vieram a desenvolver a indústria do vinho na região da serra (Brum, 1985).

2.1 - Os fatores sociais, políticos e econômicos que condicionaram o meio rural

A formação do sistema agrário colonial é o resultado de um projeto de colonização idealizado pela Coroa brasileira, que tinha por objetivo a introdução de trabalhadores livres e brancos com a criação de um espaço de pequenos proprietários de terra no Brasil. Para o contexto da época, esta era uma idéia revolucionária, pois se constituía em uma alternativa à grande propriedade, liberando a Coroa de sua dependência dos latifundiários escravagistas brasileiros. Essa experiência foi plenamente realizada no Rio Grande do Sul, com a colonização de São Leopoldo (Targa, 2002).

As crescentes divergências entre D. Pedro I e o Poder Legislativo do Império (formado pelos grandes latifundiários e comerciantes) contribuíram para que a Coroa instituisse o projeto que visava à criação de uma classe social “alternativa” no Brasil. Segundo Targa (2002),

“(…) além do objetivo de povoar uma região de fronteira, este projeto foi concebido antes de tudo, como uma resposta ao poder da grande propriedade. Ele representava, ao mesmo tempo, uma solução para muitos problemas então enfrentados pelo poder central. De uma parte, ele permitia enfrentar a pressão inglesa pela abolição da escravatura e também as convulsões originárias do processo de formação dos estados do Rio da Prata e, assim, ao problema da delimitação das fronteiras. Por outro lado, esse projeto forneceu à Coroa uma base social alternativa àquela dos criadores militares, esta base se encontrava estrategicamente incrustada justamente no seio da região dominada por estes últimos (tradução da autora)” (Targa, 2002, p. 77-78).

Ainda segundo Targa (2002), a instalação dessas pequenas propriedades no Rio Grande do Sul deve-se à “fraqueza relativa” dos criadores e charqueadores do Estado em relação aos demais componentes da classe dos grandes proprietários de terras e escravos do Brasil,

“(…) enquanto que os grandes proprietários das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo chegaram a afastar a pequena

propriedade do seu território. (...) Mas é verdade igualmente que estes pequenos proprietários foram instalados em terras impróprias à criação, estando localizadas em áreas de florestas e montanhas e repletas de indígenas” (Targa, 2002, p. 78).

Dessa forma, a propriedade colonial é, nos projetos governamentais, intrinsecamente diferente e diretamente oposta à grande propriedade rural e seus moldes de produção e exploração do trabalho humano.

Nesse sentido, os agricultores imigrantes estavam proibidos de adquirirem escravos. Porém esse fato não impediu que alguns poucos agricultores, os mais abastados, adotassem tal sistema.³ Deve-se levar em consideração, ainda, que a maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil eram muito pobres, não possuíam capitais, o que os impedia, de qualquer forma, de adquirirem a mão-de-obra escrava, que era muito cara. Porém sempre havia a possibilidade de aluguel de escravos para auxiliar na agricultura, mas esse recurso era também utilizado somente pelos agricultores mais abastados. Havia também a mão-de-obra nativa, os “caboclos”, que podia ser contratada no período do desmatamento. Pela sua pobreza, muitos desses agricultores imigrantes não se diferenciavam dos “caboclos”, residentes no Estado. A política da Coroa, no entanto, visava à introdução de mão-de-obra livre e branca, pois entendiam que esta, através do trabalho, viria a produzir a riqueza necessária para pagar os lotes coloniais que receberiam. O mesmo não se pensava dos “caboclos”, que eram considerados agricultores tecnicamente menos equipados e indisciplinados (Silva Neto; Frantz, 2000; Tramontini, 2000; Zarth, 2000a).

A impossibilidade de explorar uma mão-de-obra diferente da familiar (como o trabalho escravo) foi, como se verá mais adiante, determinante na adoção de técnicas agrícolas que permitissem um retorno rápido do trabalho investido pela pouca mão-de-obra disponível — a adoção da queimada por exemplo — e no abandono de técnicas “européias”. Havia também o desconhecimento do ambiente agroecológico então encontrado e das técnicas mais adaptadas a este. Como refere Roche (1969, p. 95), logo que se instalaram em seus lotes, “(...) os agricultores começaram a trabalhar às tontas, pois que tudo ignoram a respeito do solo, das plantas, do ritmo das estações”. Esse desconhecimento

³ Os escravos da região de colonização encontravam-se, na sua maioria, nos núcleos urbanos em formação, porém não chegaram a alcançar um número expressivo. Como a proibição se restringia ao período em que as colônias se encontravam sob a tutela imperial, estes vieram a possuir escravos após esse período. No entanto, seu número não representava senão 10% da população das colônias velhas, enquanto, para Pelotas, eles chegaram a se constituir em quase 50% da população total. Ver Tramontini (2000) e Targa (2002).

fez com que, para auxiliar os colonos nesse primeiro momento, o Inspetor da Colônia de São Leopoldo encomendasse dois exemplares de um dicionário de agricultura.

Além desse desconhecimento das técnicas mais adaptadas, até então, ao ecossistema local, nem todos os imigrantes que vieram ao Rio Grande do Sul eram agricultores. Josef Umann⁴, que, em 1877, se estabeleceu na Linha Cecília, em Santa Cruz do Sul, diz, em suas memórias, referindo-se aos boêmios:

“Éramos um número bem significativo, a maioria de operários da indústria e alguns outros profissionais que, como nós, abandonaram a abençoada Wenzelland para no distante sul iniciar uma existência livre de preocupações. É bem verdade que muitos de nós, nos primeiros tempos, estávamos bastante desiludidos ante os fatos desconhecidos e rudes que nos aconteciam” (Umann, 1981, p. 54).

E, mesmo entre os agricultores, há que se considerar que vieram de regiões e zonas rurais européias diferentes,⁵ apresentando conhecimentos e técnicas agrícolas variados, alguns mais avançados⁶ que outros.

Frente a essa realidade de inexperiência, desconhecimento e ausência de recursos, a participação dos “caboclos” foi fundamental, pois foram eles que indicaram aos novos agricultores o que plantar, como plantar e quando

⁴ Joseph Umann, imigrante boêmio, escreveu sua autobiografia, a qual foi publicada postumamente, em 1937, na língua alemã. Em 1981, foi traduzida ao português e publicada pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre.

⁵ Roche salienta que os imigrantes alemães de origem rural saíram de regiões muito distintas: “(...) provinham de Holstein, de Hanover, de Mecklemborg. Seguiram-nos, logo depois, camponeses originários de Hunsruck; estes últimos, em maior número, “assimilaram” os que procediam de Saxe, de Württemberg ou de outras regiões. Os westfalianos concentraram-se, a partir de 1868, de preferência em Estrela, os pomeranos, em Santa Cruz ou em São Lourenço, os naturais de Schaben, mais tarde, em Panambi. Física e mentalmente, os imigrantes rurais apresentavam grande variedade de traços: os renanianos eram considerados mais inteligentes, os pomeranos, mais trabalhadores. No conjunto, houve uma preponderância da Alemanha Ocidental sobre a Oriental, mas convém não esquecer a contribuição da Alemanha Meridional, que forneceu a minoria católica: às diferenças de caracteres juntavam-se as das religiões” (Roche, 1969, p. 158).

⁶ Quando se diz “avançados”, está-se referindo aos estágios em que se encontrava a agricultura da Europa, na qual, desde o século XVI, vinham ocorrendo transformações de ordem tecnológica e jurídica, as quais se difundiram lentamente por todas as regiões. Essas transformações formaram a base da primeira revolução agrícola dos tempos modernos, com a transformação de um sistema agrário com pousio para um sistema agrário sem pousio, adotando-se a rotação das culturas com um incremento nas áreas forrageiras, as quais permitiram um maior número de animais por propriedade, o que permitiu uma massa de fertilizante animal maior, o que, por sua vez, levou a uma duplicação da produção agrícola e da produtividade dos trabalhos agrícolas (Mazoyer; Roudart, 2001).

plantar. Foi assim que iniciaram a limpeza da floresta existente em seus lotes com a queimada, a plantação com os instrumentos agrícolas que receberam e a capina eventual, permanecendo uma parte do terreno em pousio durante dois ou três anos, no qual voltava a crescer o mato. Os implementos agrícolas empregados eram precários para o cultivo de uma diversidade de produtos agrícolas; o emprego de animais domésticos no trabalho agrícola restringia-se a uma média de dois cavalos por propriedade e a vacas leiteiras sempre abaixo desse número, cujo leite era somente para o uso da família. A existência de animais de pequeno porte, como galinhas, cabras e suínos, servia para o consumo doméstico. Com o passar do tempo, a suinocultura foi adquirindo importância como fonte de renda dos colonos e tornou-se um elemento característico desse sistema (Roche, 1969; Hörmeyer, 1986)⁷.

O costume de se hospedar na casa dos colonos imigrantes que já se encontravam instalados em suas propriedades ajudou a divulgar as técnicas de preparação do solo e do cultivo entre os agricultores. Dessa forma, esse sistema de cultivo e de produção, que se baseou na rotação das terras e na preparação do solo com queimada e com o uso de instrumentos de trabalho precários e na quase-inexistência de maquinaria agrícola, se difundiu não só nas regiões colonizadas pelos alemães, como nas colonizadas pelos italianos, que vieram para o Estado após 1870, e também nas que tiveram colonizadores de outras etnias. Os conselhos de como preparar as terras partiam também das autoridades designadas para dirigir as colônias, como pode se ver nessa afirmação:

“Apesar de tudo, porém, teríamos feito melhor se tivéssemos atendido ao Sr. Richter [diretor da colônia], que nos aconselhou desmatarmos primeiramente uma pequena roça, queimar e limpá-la, e construir uma choupana provisória na qual moraríamos temporariamente, até abrir um roçado maior, no qual escolheríamos o melhor lugar para construir uma habitação mais condizente. (...) Nós, porém, confiamos mais nos conselhos dos colonos já radicados que de boa vontade nos acolheram (...) eu, por exemplo, que morava a uma boa hora de distância de meu lote, teria poupado muito tempo e caminhadas em meio às estradas péssimas” (Umann, 1981, p. 53).

⁷ Joseph Hörmeyer foi membro da Legião Alemã contratada pelo Governo Imperial para integrar as tropas luso-brasileiras. Com este livro, **O Rio Grande do Sul em 1850**, pretendeu desfazer preconceitos contra a emigração alemã para o Estado. Foi publicado em Coblenza, em 1854, na língua alemã. Foi traduzido ao português por Heinrich A. W. Bunse e publicado em 1986, numa co-edição da Eduni-Sul/D. C. Luzzatto.

Fundamental nesse processo de difusão de novas técnicas aos imigrantes foi a própria organização social do espaço ensejada pela imigração. Os colonizadores europeus foram instalados em pequenos povoados — vilas ou picadas —, que não passavam, inicialmente, de aglomerados rurais, nos quais se constituíam os centros administrativos das colônias e também seu centro comercial, artesanal, escolar, religioso e social. Essa organização social foi muito importante na reprodução do sistema agrário colonial, porque essas vilas funcionavam como ponto de encontro dos agricultores. Era onde se trocavam, além das mercadorias, as experiências agrícolas de como produzir, quais as técnicas mais apropriadas para o cultivo de cada produto e o que produzir. Ali se realizavam as reuniões sociais, as festas, os encontros entre os jovens e os casamentos. Era para esses aglomerados que se dirigiam os novos imigrantes, de passagem para suas colônias. Esses pequenos povoados serviam também como elo entre o colono e os centros urbanos maiores, através dos comerciantes locais, que compravam seus produtos e lhes vendiam outros e que, muitas vezes, recomendavam aos colonos o que produzir, qual era o produto mais solicitado nos mercados maiores.

2.2 - O conjunto de procedimentos postos em prática pelos colonos

É interessante detalhar-se a discussão tanto sobre as técnicas agrícolas desse sistema produtivo quanto das suas condições de surgimento, na medida em que se trata de um processo inesperado do ponto de vista das elites governantes que promoveram a imigração e a colonização não ibérica. Não se pode deixar de lado o fato de que se trata de técnicas de produção socialmente hierarquizadas, ou seja, que as técnicas de produção dos imigrantes eram consideradas melhores que as dos “caboclos”. Mesmo se tratando das mesmas técnicas empregadas por ambos, desenvolveu-se, por parte da elite dominante, um discurso ideológico, que atribuía aos imigrantes, tanto alemães quanto italianos, uma superioridade no seu trato com a agricultura (Zarth, 2000a). Assim, qualquer discussão sobre o “avanço” ou o “atraso” das técnicas agrícolas tem que romper com as concepções socialmente constituídas sobre os grupos sociais que as utilizam para dar conta da adaptação das técnicas e seus limites.

Josef Umann refere-se ao fato de que muitos imigrantes agricultores enfrentaram dificuldades em relação ao emprego das técnicas de produção e de cultivo que conheciam de suas pátrias de origem, sugerindo, inclusive, que

os não-agricultores se adaptaram melhor às condições agroecológicas que aqui encontraram:

“Poucos de nós haviam trabalhado em agricultura na velha pátria, e mesmo para estes as atividades aqui no mato apresentavam-se de maneira totalmente nova, de sorte que muitas vezes precisavam dispor de tanto ou mais aprendizado que os outros, pois empregavam aqui os mesmos métodos usados na pátria, o que lhes dava prejuízo e os fazia perder tempo precioso” (Umann, 1981, p. 61).

Na agricultura européia, havia se tornado de uso corrente pelos agricultores um sistema de cultivo no qual predominava a rotação das culturas em substituição ao sistema de pousio das terras, predominante na Idade Média. As rotações de culturas que vieram a substituir a rotação de terras podiam ser de três, quatro ou seis anos, repetindo-se sempre esse processo. A rotação de Norfolk, por exemplo, consistia numa rotação quadrienal, onde, no primeiro ano, se cultivava trevo; no segundo ano, um cereal de inverno; no terceiro ano, nabo forrageiro de plena estação; e, no quarto ano, um cereal de primavera.

“Mais produtivos em forragens, em gado, em estrume, e finalmente mais produtivos em sementes e outros produtos alimentares do que os sistemas com pousio, os novos sistemas sem pousio são, portanto, por fim muito diversificados.” (Mazoyer; Roudart, 2001, p. 309).

Em termos tecnológicos, na Europa de então, não foram desenvolvidos novos implementos agrícolas, e, mesmo assim, a produção de alimentos duplicou somente através da recuperação da fertilidade da terra (Mazoyer; Roudart, 2001).

As condições ecológicas que os agricultores imigrantes encontraram no Rio Grande do Sul eram diversas das da Europa, uma vez que os solos de florestas eram ricos em nutrientes, proporcionando várias colheitas sem a necessidade de adubos e sem a rotação de culturas.

“Os cereais alemães, como sejam centeio de verão, aveia, cevada dão muito bem aqui; já o trigo só dá bem depois que diversas colheitas tenham tirado um pouco da exuberante fertilidade do solo (...) Diversos desses artigos são plantados duas vezes ao ano e dão duas colheitas, sendo que para todos eles o espaço entre a semeadura e a maturação é de 3 a 4 meses” (Lemmers-Danfort, 1941, p. 69)⁸.

⁸ O Major Lemmers-Danfort foi membro da Legião Alemã e escreveu sobre a mesma no Rio Grande do Sul, em 1851, em um suplemento: **Notícias e Indicações para Emigrantes que se Destinem à Província do Rio Grande do Sul**. Publicado originalmente em Marbug, em 1853, pela Livraria da Universidade de Elwet, traduzido pelo General Bertholdo Klinguer, foi publicado em português pelo **Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos**, em 1941.

Como este, os demais relatos dos viajantes que visitaram o Estado no século XIX são fecundos em informações sobre as condições encontradas pelos agricultores ao tomarem posse de suas propriedades e de como estes providenciaram a limpeza dos lotes, as primeiras roças, as culturas, a construção das casas, etc.

Já o “caboclo” brasileiro, por não ser proprietário de terras, desenvolveu uma agricultura itinerante. O sistema de cultivo por ele praticado pode ser relacionado a um dos sistemas agrários mais primitivos conhecidos, que teve sua origem no neolítico, sobrevive até os dias atuais e é conhecido como um **sistema de cultura em terrenos de florestas abatidas-queimadas**. Esse sistema consiste na abertura de uma clareira na mata, realizada com o auxílio de um machado. Depois do abate, deixam-se as árvores cortadas, seus troncos e ramagens secarem e, antes do período das chuvas, queima-se esse material. Geralmente, devido à pobreza do agricultor, ele se utiliza de um pau plantador ou de uma pequena enxada para fazer buracos no solo, no qual são colocadas as sementes, os renovos ou as estacas. Esses buracos são depois fechados com terra para facilitar a germinação das plantas. Esse processo de semeadura é realizado entre os troncos das árvores abatidas, sem se destocar o terreno, de forma que essas árvores continuam vivas, brotando logo em seguida, reconstituindo, progressivamente, uma formação arborizada secundária (Mazoyer; Roudart, 2001). Essas parcelas abertas na floresta são apenas temporariamente cultivadas, e, quando o rendimento da terra baixa, o “caboclo” procura outra área, abrindo outra clareira, deixando a primeira clareira abandonada, onde a floresta volta a se reconstituir. Nesse tipo de cultura, o rendimento é muito baixo, apenas o suficiente para abastecer o agricultor e sua família. Em geral, possuíam algumas cabeças de gado, vacas leiteiras, algumas aves e suínos, que se criavam soltos na capoeira. A cultura principal era o milho. Algumas vezes, junto com o milho, aproveitando o mesmo buraco, o “caboclo” plantava o feijão preto, que amadurecia mais devagar. O controle das plantas invasoras era mínimo, e, enquanto havia florestas a desbravar, se produzia apenas uma vez na mesma clareira.

Essa técnica de preparação do solo foi a mesma empregada pelos agricultores imigrantes. Eventualmente, capinavam o solo para fazer uma cova. Embora esse procedimento — derrubada, queimada, plantação, capinar — possa dar uma aparência de menor esforço e ganho de tempo pelos “colonos”, havia um diferencial entre sua agricultura e a dos “caboclos”. O “caboclo” não possuía a noção de propriedade privada e nem a de riqueza, e sua produção destinava-se, exclusivamente, à sua subsistência. Já o “colono” usava a terra mais intensamente, e por isso, possuía um calendário agrícola mais cheio, pois

a sucessão de culturas diversas a que se dedicava não deixava nenhuma estação do ano sem atividade. Em alguns casos, a fertilidade natural do solo e as condições climáticas permitiam que fossem colhidos, duas até três vezes por ano, numa mesma roça, milho, feijão e batata, sempre utilizando o mesmo processo de cultivo (Roche, 1969; Hörmeyer, 1986). Quando o rendimento da clareira aberta desse modo decrescia, derrubavam uma nova porção da floresta, e repetia-se o processo; enquanto isso, a antiga roça ficava abandonada, onde voltava a crescer o mato. Isso era possível, pois a quantidade de terras era de tal monta que possibilitava um pousio cada vez que a produtividade das terras entrava em declínio. Anos mais tarde, voltavam a essa antiga roça, e repetia-se o processo. O principal instrumento agrícola utilizado pelos primeiros “colonos”, além do machado, era a enxada, e as sementes eram plantadas à mão. O destoque das áreas plantadas foi realizado muito lentamente, após o qual foi possível, para alguns colonos mais abastados, utilizar grades e arados. Dessa forma, os colonos aliaram, na exploração de um solo mais fértil que o europeu, técnicas agrícolas dos “nacionais” a uma lógica, que trouxeram consigo, de exploração do solo e da mão-de-obra intensiva, pois, voltadas para o mercado. Certamente, um dos efeitos dessa conjugação foram o esgotamento do solo ao longo das gerações e o empobrecimento de quem o explorava a partir desse modelo.

3 - As transformações históricas e diferenciação geográfica

Para compreender a propagação do sistema agrário colonial, faz-se oportuno relembrar como se sucedeu a expansão geográfica do processo de colonização no Estado, que ocorreu de forma contínua, sem interrupções significativas ao longo do tempo. Teve seu ponto geográfico de origem em São Leopoldo, em 1824, e, a partir dali, expandiu-se, primeiramente ocupando as áreas às margens dos rios dos Sinos, Caí e Jacuí, até atingir a borda da serra, que correspondem à região sudeste. Com os italianos, em 1870, subiu a serra; e, somente no final do século XIX, a colonização passou para o planalto, onde as colônias foram instaladas nas bordas das matas que faziam a divisa com os Campos de Cima da Serra, onde também se desenvolvia a criação de gado. Nos primeiros 50 anos do século XX, seguiu rumo ao norte e ao oeste, até o limite oriental do Estado, às margens do rio Uruguai. Essa expansão se deu sempre reproduzindo o sistema agrário colonial, e as colônias apresentaram

dinâmicas diferentes. Com relação aos estágios em que se encontravam, Roche assinala que, nas “colônias velhas”, as unidades produtivas que reproduziam o sistema agrário se encontravam num estágio regressivo, e sua tendência era a de desaparecer. Assinala, ainda, que essas colônias teriam realizado todo um ciclo, pois, em pouco mais de 100 anos, haviam desbravado o mato, esgotado suas terras e estavam-nas reflorestando. Concomitantemente, na frente de colonização, no “reverso do planalto”, ocorria um desenvolvimento desigual: algumas colônias encontravam-se em pleno desenvolvimento, no seu auge produtivo, enquanto outras já haviam chegado ao seu limite máximo produtivo e iniciavam a curva descendente, mais rapidamente do que as antigas colônias, “(...) ainda que sua evolução tenha sido apressada por diversos fatores, tais como a atração para o desbravamento e a disposição de meios de transporte mais eficazes. As novas colônias realmente ignoraram a fase de seleção das culturas. Mas parecem ter prosseguido, sem parar, só para chegar mais depressa ao seu apogeu e já descer a rampa do declínio agrícola. Envelheceram mais cedo, envelhecem mais depressa que as antigas colônias” (Roche, 1969, p. 285).

Deve-se considerar também os efeitos das sucessivas políticas relacionadas à terra na crise desse sistema agrário. Aos primeiros agricultores, aqueles que se instalaram nas colônias de São Leopoldo, Torres e São João das Missões, foram doadas propriedades que possuíam, em média, 74 hectares. Devido ao seu tamanho e à fertilidade do solo, em muitos casos, o primeiro proprietário da terra não chegava a desmatá-la na sua totalidade. A partir de 1850,⁹ esses lotes não podiam mais ser doados e, sim, comprados pelos agricultores. Após ser fixado em 48 hectares, em meados do século XIX, ao final do século o “lote colonial” passa a medir 25 hectares. Justamente no período em que a colonização do Estado alcançava o planalto gaúcho. Ora, 25 hectares representavam cerca de um terço da propriedade oferecida aos primeiros “colonos”. Pelo seu tamanho, a propriedade, normalmente, já era desmatada totalmente ainda com o primeiro proprietário; já nas antigas colônias, cuja área era três vezes maior, as reservas de floresta virgem desapareceram mais lentamente. As “colônias novas”, portanto, já se constituíram a partir de uma base agrária três vezes menor do que a das “colônias velhas”. O tamanho da propriedade tem uma importância significativa nesse sistema produtivo, pois parte expressiva das terras fica sem uso por determinado período (quando se

⁹ Em 1850, foi instituída a Lei de Terras; a partir de então, toda a terra passou a ser considerada uma mercadoria, com valor de compra e de venda.

encontra em pousio), e, considerando-se que os proprietários utilizavam apenas a fertilidade natural do solo, na medida em que este é usado mais intensivamente (praticando-se um pousio de menor duração), desgasta-se mais rapidamente. Nas propriedades de 25 hectares, as rotações de terra tornam-se cada vez mais curtas, e o seu desgaste, conseqüentemente, se faz sentir mais rapidamente, concorrendo para colheitas cada vez menores e para o empobrecimento do agricultor.

A manutenção do sistema de produção colonial, bem como o sistema de cultivo por mais de 150 anos, sem a incorporação de novos conhecimentos técnicos desenvolvidos nesse período, a resistência dos agricultores em aceitar os novos processos de cultura trazidos pelos imigrantes que vieram posteriormente, em fins do século XIX e início do século XX, também contribuíram para a crise do sistema. Em 1950, os descendentes dos agricultores ainda praticavam as técnicas usadas pelos primeiros imigrantes,

“(…) é preciso, sobretudo, que não nos deixemos enganar pela superioridade relativa de suas ferramentas: praticarem as sementeiras à mão e a cultura com a enxada; utilizam há mais de cem anos o arado de relha metálica e a grade. Mas o emprego desses instrumentos mais agravou os inconvenientes do processo, facilitando a erosão das águas correntes e a destruição do humo em grande escala. É o que justifica a expressão *Raubbau*, exploração depredativa, aplicada pelos autores alemães a essa técnica agrícola” (Roche, 1969, p. 288).

Igualmente com relação às atividades agrícolas nas quais se privilegiou a criação intensiva de suínos, não houve significativa incorporação de novas tecnologias. Cultivavam-se produtos agrícolas que se destinavam, especialmente, ao abastecimento das manadas, como o milho, a mandioca, a abóbora e a batata-doce. Referindo-se ao Município de Santa Rosa, onde, no período 1955-60, houve a supremacia da pecuária com relação à agricultura, pois a suinocultura teve um impulso com o desenvolvimento da indústria frigorífica. Shallenberger & Hartmann afirmam que

“(…) não houve aprimoramento técnico na criação de suínos. Os animais eram fechados em currais e chiqueiros que normalmente não obedeciam a nenhum critério de higiene e salubridade. Eram tratados com produtos da própria lavoura, natural. A lavagem, espécie de ensopado feito com a mistura de abóbora, batata-doce ou mandioca e soja, constituiu-se em um dos alimentos básicos para a suinocultura. Apesar da técnica rudimentar empregada para criação dos porcos, os agricultores tiveram nesta atividade econômica uma boa fonte de

rendas. Depois de engordados, eles entregavam os animais para o mercado, sem investimentos extrapropriedade. O único produto complementar que se fazia necessário adquirir era o sal” (Schallemberger; Hartmann, 1981, p. 125).

Referindo-se aos imigrantes alemães, Roche (1969) considerava que estes não introduziam novas técnicas em sua agricultura, pois não teriam uma vocação agrária, e que sua vocação seria a de “pioneiros”, “desbravadores” ou “fazedores de terras”, de tal forma que, uma vez desbravada e esgotada uma determinada área, partiam em busca de terras ainda férteis. Ele não considerou que o sistema agrário desenvolvido por eles funcionava na medida em que havia terras para desbravar. O sistema agrário colonial constituiu-se, acima de tudo, por um conjunto de práticas e técnicas agrícolas que se fizeram presentes ao longo da história da agricultura no Rio Grande do Sul e desenharam o seu perfil de tal forma que essas práticas e técnicas ainda podem ser encontradas em regiões do Estado onde predominam a pequena propriedade e os minifúndios coexistindo com sistemas agrícolas mais avançados.

Nesse sentido, o sistema produtivo colonial utilizado pelos “colonos” continuou sendo praticado no Estado após o fim da sua zona de expansão. Mesmo não existindo mais terras devolutas, continuaram praticando sua agricultura com a queimada e com a rotação das terras durante as décadas de 50 e 60 do século XX, práticas que contribuíram para a crise agrícola que se fez sentir a partir de então. Em seu estudo, Argemiro Brum (1985) aponta as principais causas para a decadência da agricultura colonial no Estado,

“A propriedade pequena e a família numerosa obrigavam a uma intensa exploração do solo, que provocou rápido esgotamento da sua fertilidade natural, chegando em muitos casos à quase exaustão. Estes fatores, acrescidos da contínua transferência de renda dos agricultores para os comerciantes e industriais, através da diferença no preço dos produtos — preços baixos para os produtos agrícolas que o colono vendia e preços mais elevados pelos bens que a família rural adquiria no comércio — explicam a generalizada estagnação e mesmo declínio da agricultura tradicional. Essa situação se tornou bastante clara na década de 50 e se agravou muito na de 60, levando a agricultura tradicional ao estrangulamento” (Brum, 1985).

Há que se considerar também que a existência e a resistência desse sistema agrário, ainda nos anos 60 do século XX, podem estar na origem dos altos índices de pobreza rural constatados entre os agricultores do norte do Estado, os quais não tiveram as condições requeridas para efetuar as modificações na base técnica da produção, necessárias à modernização da

agricultura que caracterizou o desenvolvimento agrário a partir do final dessa mesma década de 60. A manutenção, em algumas áreas, desse sistema, pode explicar, em parte, a existência de “bolsões de miséria” rural naquela região, constatados nos estudos realizados na década de 90 sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Segundo esses estudos, a pobreza verificada no norte do Estado antes da modernização da agricultura encontrava-se

“(…) vinculada a um certo estágio de desenvolvimento econômico pré-industrial. Isto é, um mundo rural no qual a pobreza se expressava em um nível de bem-estar baixo, mas com laços familiares fortemente preservados e no qual os indivíduos mantinham-se inseridos em torno da comunidade. A questão social, portanto, não remetia à ‘exclusão’, fato que não se repete atualmente. Os pequenos agricultores familiares encontram-se em fase de exclusão (Schneider; Waquil, 2000, p. 14).

Essa alteração do próprio significado e das dimensões da “pobreza” indica, sobretudo, que não só a manutenção desses sistemas de cultura e de produção entraram em crise, mas também a própria organização social que acompanhou o sistema agrário ao longo do período de colonização. As vilas e as picadas, onde os agricultores mantinham seu intercâmbio social e econômico, deixaram de representar esse papel, pois, com o processo de industrialização e de capitalização da economia, essas pequenas localidades comunais também perderam sua importância, uma vez que muitas das atividades econômicas ali desenvolvidas anteriormente perderam sua função com a entrada dos produtos industrializados, como, por exemplo, as ferrarias, os pequenos moinhos coloniais, as sapatarias, enfim, um sem-número de atividades deixaram de ser realizadas, contribuindo para a derrocada do sistema agrário colonial.

Já na região de colonização mais antiga, esse fenômeno da pobreza rural não se mostrou tão grave. Para isso, foi determinante o desenvolvimento urbano industrial que ocorreu na região nordeste durante o século XX, tendo como pólo irradiador Porto Alegre. O eixo Porto Alegre—Caxias do Sul é o mais industrializado e urbanizado no Estado, o que, com certeza, modificou, significativamente, os rumos da economia da região, originalmente de base indiscutivelmente agrícola, para o predomínio da indústria. A agricultura remanescente tanto na Região Metropolitana de Porto Alegre como na região da Encosta da Serra diversificou-se: algumas áreas se especializaram, como é o caso da produção de uvas, matéria-prima para a vitivinicultura da região de Caxias; do fumo, matéria-prima para as indústrias de Santa Cruz do Sul e Lajeado; e também o desenvolvimento do gado leiteiro. Há, portanto, nessas regiões, um desenvolvimento da agricultura familiar que não mais reproduz o

sistema agrário colonial e que se apóia na agroindústria, acompanhando o processo de alteração dos padrões de consumo engendrados pela expansão acelerada da urbanização do Estado. Schneider¹⁰ (1994), ao estudar a agricultura remanescente na região da Encosta da Serra, verificou que esta não mais se baseava em um sistema produtivo único, existindo um desenvolvimento desigual nas unidades produtivas da região. Constatou que, naquela região, existiam ainda sistemas de produção que continuavam desenvolvendo a agricultura colonial tradicional, mas havia também unidades agrícolas familiares modernizadas, com a produção toda voltada para o mercado, assim como havia também unidades de produção modernizadas com pluriatividade, onde a agricultura desenvolvida era integrada à agroindústria, e membros da família trabalhavam fora da unidade produtiva.

Por fim, a tendência das pequenas explorações agrícolas familiares — como as que desenvolveram o sistema agrário colonial, que, por sua natureza, eram subequipadas e pouco produtivas e onde o rendimento por trabalhador sempre era inferior, ficando abaixo do limiar de renovação e que já se encontravam em crise —, com o advento da modernização agrícola, foi a de desaparecerem, pois o pequeno agricultor, como diz Mazoyer e Roudart (2001, p. 367),

“(...) não pode nem investir, nem renovar o seu material, nem remunerar a sua força de trabalho a preço de mercado. De fato essas explorações que não se renovam completamente regridem: elas entram em crise, mesmo que, à custa de pesados sacrifícios, consigam com frequência sobreviver até a reforma do chefe da exploração. Após o que, à falta de sucessor familiar ou exterior, essas explorações são desmembradas, as suas terras e outros bens de produção ainda utilizáveis são adquiridas por explorações em desenvolvimento”.

Conclusão

A história da agricultura familiar na pequena propriedade, vista a partir da teoria dos sistemas agrários, revela que, no Rio Grande do Sul, se desenvolveu, desde a vinda dos imigrantes europeus não ibéricos em 1824 até

¹⁰ Sobre as transformações ocorridas na agricultura da região da Encosta da Serra, o trabalho de Sergio Schneider não pode deixar de ser consultado. Ver Schneider (1994).

aproximadamente a década de 60 do século XX, um conjunto de práticas e técnicas, bem como os meios sociais e econômicos de produção, que se mantiveram praticamente inalteradas por todo esse período, ao qual denominamos sistema agrário colonial.

Através da teoria dos sistemas agrários, procurou-se apreender como se organizou a agricultura desenvolvida pelos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul e como se organizou o sistema produtivo e o sistema de cultivo desenvolvido por esses imigrantes, pois é amplamente difundido que, com a vinda desses agricultores, finalmente a agricultura obteve sucesso no Estado. Assim, constatou-se que a imigração européia iniciada em 1824 introduziu, no Rio Grande do Sul, um sistema agrário novo, baseado na pequena propriedade, com características diferenciadas das produções agrícolas anteriormente aqui desenvolvidas. Esses imigrantes vinham com o objetivo de colonizar as áreas de floresta situadas ao norte, produzindo os alimentos necessários à população já residente no Estado. Pretendia-se que esses agricultores introduzissem as técnicas modernas de cultivo que eram praticadas na Europa, onde a primeira revolução agrícola havia desenvolvido novas técnicas de produção, substituindo o sistema de cultivo baseado na rotação das terras com pousio para um sistema baseado na rotação das culturas, que abolia o pousio, o qual trouxe um aumento na produtividade agrícola européia.

Quando chegaram ao Estado, esses agricultores, que, ao serem instalados nas colônias, passaram a ser denominados “colonos”, enfrentaram uma realidade agroecológica totalmente distinta da européia, pois receberam terras de floresta que, após desmatadas, apresentavam uma fertilidade tal que prescindia do uso de fertilizantes. Ao mesmo tempo, a quantidade de terras era de tal monta que possibilitava, toda vez que uma área cultivada entrasse em declínio de fertilidade, abrir uma nova roça, como era denominada a área de cultivo. Por outro lado, a abertura das clareiras na floresta mostrou ser o trabalho mais árduo que esse agricultor teria que enfrentar, e, sendo ele em geral pobre, não possuía condições de alugar ou de contratar o serviço da mão-de-obra nacional que poderia estar disponível para esse fim e nem poderia comprar escravos, pois o estatuto da imigração proibia a posse de escravos pelos agricultores nas suas colônias. Para facilitar a limpeza da floresta, adotaram o sistema da queimada, que era amplamente usado pelos agricultores locais, denominados, de maneira geral, “caboclos”.

Dessa forma, os colonizadores europeus adotaram as técnicas dos nativos na preparação do solo, que foram o uso das queimadas e a rotação das terras, as quais não eram mais utilizadas na Europa. A adoção dessas técnicas se deu devido à necessidade que esses “colonos” tinham de produzir, o mais rapidamente

possível, os meios para a sua subsistência. O que surpreende é o fato de que essa forma de preparação do solo não se manteve restrita ao período de colonização inicial e que tenha se estendido para toda a colonização posterior que ocorreu no Estado. Desenvolveu-se, portanto, um sistema produtivo baseado na pequena propriedade familiar, que se manteve ao longo da história agrícola do Rio Grande do Sul. Em 1950, os pequenos agricultores preparavam a sua terra da mesma forma que os primeiros agricultores a preparavam. Esse sistema de cultivo causava um desgaste no solo e promovia rendimentos decrescentes, empobrecendo o pequeno agricultor; este, porém, ainda produzia para manutenção de sua família. Dessa forma, quando, na década de 60 do século XX, ocorreu o processo de modernização da agricultura no Estado, o sistema agrário colonial já se encontrava em crise. O processo de modernização que se verificou na agricultura colonial ocorreu principalmente na região da Encosta da Serra, aí incluindo também o eixo Porto Alegre—Caxias do Sul, onde as explorações agrícolas diversificaram o seu sistema de cultivo e de produção, adaptando-se à nova realidade agrícola ensejada pela modernização. Já no norte do Estado, ao que tudo indica, boa parte das pequenas propriedades familiares encontraram maiores entraves para essa adaptação, o que pode explicar os altos níveis de pobreza rural verificados na região.

Referências

BRUM, A. **Modernização da agricultura — trigo e soja**. Ijuí; Fidene/UNIJUÍ, 1985.

DUDERMEL, T.; BASSO, D.; LIMA, A. P. **A política agrícola e diferenciação da agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUÍ. Departamento de Economia e Contabilidade, 1993. (Textos para discussão; 4)

GRANDO, M. Z. et al. **Primeiro relatório de avaliação sócio-econômica do componente alívio à pobreza rural (grupo A)**. Porto Alegre, FEE, 2001. (Não publicado).

HÖRMEYER, J. **O Rio Grande do Sul em 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional**. Porto Alegre: D. C. Luzzatto; EDUNI-SUL, 1986.

LEMMERS-DANFORTH, M. F. (1941). Índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Império do Brasil. **Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos**. Rio Grande, RS, v. 3, p. 63-105, 1941.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. v 1.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

SCHALLENBERGER, E.; HARTMANN, H. R. **Nova terra, novos rumos: a experiência de colonização e povoamento na Grande Santa Rosa**. Santa Rosa, RS; Barcellos Livreiro e Editor, 1981.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas: UNICAMP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SCHNEIDER, S.; COLE, D. (2002). **Agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o processo de diferenciação e as novas formas de trabalho na microrregião de Alto Taquari**. **Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 40. Passo Fundo. UPF/SOBER, 2002.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, E. **Crítica metodológica e tipologia dos municípios gaúchos com base em indicadores sócio-econômicos: relatório de consultoria técnica**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. **Sistemas de produção do Estado do Rio Grande do Sul: estudo especial, etapa 1**. Ijuí: UNIJUÍ/DEAg, 2000. (Versão preliminar, não publicada, do projeto Análise dos Sistemas Agrários do Estado do Rio Grande do Sul e Recomendações Políticas).

TARGA, L. R. P. **Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat développementiste brésilien**. Grenoble: Universite Pierre Mendes, 2002. (Tese de doutoramento).

TRAMONTINI, M. J. **A escravidão na colônia alemã de São Leopoldo na primeira metade do séc. XIX**. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: Rio Grande do Sul, Uruguai, Corrientes, Santa Fe, Entre Rios, Cordoba e Misiones, 2000. **Anais...** Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

UMANN, J. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

ZARTH, P. A. História regional/História global: uma história social da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). **História**: debates e tendências, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 109-128, 1999.

ZARTH, P. Tecnologia e agricultura: das “práticas rotineiras” aos exemplos dos “povos cultos”. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: Rio Grande do Sul, Uruguay, Corrientes, Santa Fe, Entre Rios, Cordoba e Misiones, 2000. **Anais...** Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

ZARTH, P. “Povoar o sertão”: uma estratégia para a fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: Rio Grande do Sul, Uruguay, Corrientes, Santa Fe, Entre Rios, Cordoba e Misiones, 2000. **Anais...** Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000a.